

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM CINCO DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSEIS** -----

----- **ATA NÚMERO CENTO E DOIS** -----

----- Aos cinco dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sérgio Sousa Lopes

Freire de Azevedo, Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Francisco Alves da Silva Ramos, Tiago Maria de Sousa Alvim Ivo Cruz, Sandro Daniel dos Santos Gonçalves Araújo, Nuno Ricardo Dinis de Abreu, Miguel Martins Agrochão, Ana Luisa Flores de Moura e Regedor, Ana Paula Viseu, Rosa Lourenço, Igor Boal Roçadas, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, João Pulido Pereira Freire de Andrade, Ricardo Filipe Barbosa Santos e Patricia de Oliveira Caetano Barata.-----

-----Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Rosa Lourenço.-----

----- Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Igor Roçadas. -----

----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu. -----

----- Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Regedor. -----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Ricardo Filipe Barbosa Santos. -----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patricia de Oliveira Caetano Barata.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Miguel Agrochão. -----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Nuno Ricardo Dinis de Abreu. -----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Francisco Alves.-----

----- Isabel Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gabriel Baptista Fernandes. -----

----- Maria Luísa de Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Freire de Andrade. -----

----- Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Sandro Araújo.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente da CML Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: Manuel Salgado, João Paulo Saraiva, João Afonso, Catarina Albergaria e Carlos Castro. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: António Prôa, Orísia Roque, Carlos Moura e Alexandra Duarte. -----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Pedia aos Senhores Secretários se podiam vir para a Mesa porque já temos quórum e estamos em condições de começar os nossos trabalhos. -----

----- E, hoje, eu tenho indicação que há muitas pessoas interessadas em ficar disponíveis ao fim da tarde, por razões várias, portanto, pedia para não atrasarem os nossos trabalhos. -----

----- Vamos, então, dar início aos nossos trabalhos. -----

----- Senhores Deputados, eu antes de dar a voz ao público inscrito, queria dar-vos várias informações. De hoje a uma semana, estava previsto termos um Debate Específico sobre Transportes na Área Metropolitana de Lisboa, pedia a vossa atenção porque este assunto é importante para todos, são informações que estou a dar e que são importantes para todos. Repito, estava previsto, para a semana, termos um Debate Específico sobre Transportes na Área Metropolitana de Lisboa. É uma matéria onde tem havido bastantes transformações e que está em grande dinâmica, neste momento. O debate não vai poder realizar-se para a semana, é por isso que eu estou a dar esta informação, porque o que está concertado com a Conferência de Representantes é que seja um debate específico em que nós vamos ter a presença do Primeiro-secretário Executivo do Metropolitano, o Engenheiro Demétrio Alves, porque a lei nos diz que, duas vezes por ano, podemos chamar cá para pedir contas, há competências que foram transitadas do Governo, eu pedia silêncio aí desse lado, por favor, Senhores Deputados, Senhores Assessores que estão de pé, eu pedia silêncio .... -----

----- Estava a explicar que houve transferência de verbas e de competências, terão que, depois, vir, finalmente, aqui, quer do Governo para a Área Metropolitana, não passam por aqui, mas dos Municípios para a Área Metropolitana, essas, passam por aqui, foi extinta a Autoridade Metropolitana de Transportes, há uma mudança do modelo e há uma mudança na participação dos municípios. Portanto, isto são tudo matérias da maior importância, e está previsto um debate com a presença do Primeiro-secretário da Área Metropolitana de Lisboa, o Presidente do Conselho Metropolitano que é o órgão político da Área Metropolitana de Lisboa que é composto por todos os Presidentes de Câmara da Área Metropolitana de Lisboa, e o Presidente da Câmara de Lisboa, que é o nosso representante lá. Para ter os três juntos, o dia que eu consegui possível é o dia três de maio. Portanto, o Debate Específico não é no dia doze de abril, será no dia três de maio, e com estes convidados. Depois, o modelo do debate discutiremos em Conferência de Representantes mas, haverá um tempo para os convidados apresentarem a sua posição, um tempo para os Grupos Municipais fazerem perguntas, um tempo para os convidados responderem e um tempo para os Grupos Municipais se pronunciarem. Portanto, é isto que vos queria dizer, e isto vai-se passar no dia três de maio, e é um debate muito importante para Lisboa porque, de facto, os transportes de

passageiros tem sido recorrentemente, trazido a esta Assembleia Municipal, e não funciona bem na Cidade de Lisboa, nem na Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- A segunda informação que vos queria dar é que a nossa sessão ordinária começa no dia dezanove de abril, e nos termos da lei, esta sessão ordinária de abril, é obrigatoriamente para apreciação das contas. Com o calendário de discussão e aprovação das contas, as contas só poderão ser apreciadas nesta Assembleia, no dia vinte e seis de abril, mas vão dar entrada bastante mais cedo para serem apreciadas na 1ª Comissão, enquanto dão todas as voltas que têm que dar.-----

----- O que ficou combinado na Conferência de Representantes foi que a Comissão que lidera a apreciação das contas é a 1ª Comissão, sendo que são convidados para participarem nas reuniões sobre as contas, as forças políticas que não têm assento na 1ª Comissão. Portanto, as contas não vão a todas as Comissões, vão à 1ª Comissão com a representação de todas as forças políticas. Portanto, eu pedia para estarem atentos, qualquer Senhor Deputado que tenha interesse em acompanhar o processo das contas, já sabe que tem de estar atento à agenda da 1ª Comissão. Todos os Senhores Deputados podem assistir às reuniões de todas as comissões, mas o que está assente em Conferência de Representantes é que a liderança do processo é da 1ª Comissão.-----

----- Estas são as duas notícias importantes, que vos gostaria de dar.-----

----- E mais uma notícia que já vai ter relevância para o que se vai passar a seguir na intervenção do público. -----

----- Ainda não tive oportunidade de falar com o Senhor Presidente da 3ª Comissão sobre isto, mas ontem em Conferência de Representantes eu propus, nós temos sentido e todos os Grupos têm chamado a atenção para isso, que há uma premência grande dos problemas da habitação na parte destinada ao público destas sessões.-----

----- Essa parte destinada ao público é dirigida à Assembleia Municipal, não é diretamente dirigida à Câmara, a Câmara não pode responder na altura porque não está previsto na lei, a Câmara responde nas reuniões públicas de Câmara e nas reuniões descentralizadas, mas aqui na Assembleia quem responde é a Mesa e eu não me sinto em condições de conseguir acompanhar devidamente todos os pedidos que aqui têm sido colocados. Nós mandamos ofícios à Câmara, depois a Câmara responde, umas vezes mais tarde outras vezes mais depressa, mas penso que a Assembleia devia lidar com esta matéria de uma maneira mais próxima. -----

----- A proposta que eu fiz e terei que concertá-la também com a 3ª Comissão e o Senhor Presidente se quiser poderá agendar isso numa reunião em que eu possa ir explicar para depois formularmos em concreto a proposta, depois de ouvir todos os membros da 3ª Comissão. A proposta seria a criação de um grupo de trabalho no âmbito da 3ª Comissão para um acompanhamento sistemático de todos os pedidos que passam por aqui, sendo que esse grupo de trabalho seria assessorado por um ponto de contacto na Direção Municipal de Habitação, um ponto de contacto na Gebalis e um ponto de contacto no meu gabinete para poder ter acesso a todas as informações e aos dossiês completos. -----

----- O Senhor Presidente da 6ª Comissão está-me a fazer sinal que a 6ª Comissão também está interessada.-----

----- O que ficou combinado em conferência de representantes, mas a proposta ainda não está escrita, pode ser uma reunião conjunta da 3ª e da 6ª Comissão para discutir isto se assim o entenderem.-----

----- Mas o que ficou combinado é que se for para a frente a ideia do grupo de trabalho, cada Grupo Municipal indica as pessoas que entender para o grupo de trabalho, podem da 3ª, da 6ª Comissão ou até não serem de nenhuma delas. -----

----- Portanto, eu própria gostaria de estar nesse grupo de trabalho, uma vez que tenho experiência nesta área que podia pôr ao serviço e penso que isso seria uma forma mais válida de nós acompanharmos. Como vão ver hoje, algumas das pessoas que cá vêm já cá vieram várias vezes e, portanto, a Assembleia na minha opinião tem que fazer um esforço maior de acompanhamento para que estes processos sejam monitorizados com mais profundidade e não apenas burocraticamente, de mandar a carta para lá e receber a carta. -----

----- Portanto, acho que podemos fazer mais e pedia então ao Senhor Presidente da 3ª Comissão se quer tomar devida nota e o Senhor Presidente da 6ª comissão também, se quiserem, como entenderem, mas o objetivo seria em sede das vossas comissões apresentar esta proposta, formularmos uma proposta em concreto e depois vir aqui para ser aprovada a metodologia de como é que vamos tratar destes assuntos. -----

----- Era isto que eu queria transmitir. -----

----- Em princípio a 3ª Comissão é liderante, mas a 6ª Comissão lida com os direitos sociais em geral e, portanto, muitas vezes o que nós verificamos é que as pessoas quando têm carência de habitação também têm carência de tudo o resto. No geral é assim, há convergência das várias dificuldades nas famílias que têm carência habitacional. -----

----- E, portanto, era estas várias informações que eu vos queria dar.-----

----- E, posto isto...a bandeira Portuguesa caiu-me, mas isto penso que é apenas um pequeno incidente, Portugal ainda não caiu, estamos de pé. -----

----- Portanto, posto isto, agora sim iria dar a palavra às pessoas que estão inscritas para a sessão de hoje.-----

----- Tem a palavra a primeira pessoa inscrita que é Manuela Alexandra Faustino. -----

----- E é precisamente uma questão de habitação e é uma pessoa que já cá esteve, portanto, reúne estes vários aspetos de que eu chamei a atenção.” -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Senhora Manuela Alexandra Lemos Faustino**, residente em Rua Ferreira de Castro, Lote 347 – 1º Dto. 1950-135 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Arquiteta, Deputados, Assessores, público em geral. -----

----- *Eu já cá estive anteriormente, venho cá apenas para reforçar um pedido de resposta áquilo que a Senhora Arquiteta já falou, acho que não vale a pena falar mais sobre isso neste momento.* -----

----- *Tenho aqui um pequeno apanhado daquilo que eu já tinha falado anteriormente à Senhora Arquiteta das casas vazias, das quais a Câmara não tem conhecimento e talvez a Gebalis também não, para depois entregar posteriormente à Senhora Arquiteta.*-----

----- *E reforçar mais uma vez que a minha situação encontra-se cada vez mais crítica. Os meus filhos já se pegam com as primas por tudo quanto é espaço, é casa de banho, é cozinha, é sala. Isto já tivemos que criar a quase um horário para ir à casa de banho, há horários para cozinhar, há horários para lavar roupa. -----*

----- *Isto está-se a tornar insuportável, é completamente impossível com um senhor idoso acamado, uma deficiente que não consegue controlar as necessidades fisiológicas, está-se a tornar muito, muito, muito aborrecido. -----*

----- *Além de que o meu filho com estas situações todas já esteve, desta última vez que eu aqui estive, já teve duas crises de falta de ar, já foi a nova consulta, já foi a medicação alterada. Não consigo, isto está-se a tornar sufocante. Eu não consigo dar a atenção devida aos meus filhos devido a todos estes problemas. -----*

----- *Gostaria realmente que a Senhora Vereadora neste caso, prestasse um bocadinho mais de atenção ao meu pedido, tentasse dar alguma resposta de alguma forma, não sei, pronto. -----*

----- *Acho que não vale a pena estar a ocupar mais do meu tempo à Assembleia. Basicamente aquilo que eu tinha para dizer, a Senhora Arquiteta basicamente já falou o principal, não consigo explicar muito mais, estar-me a repetir, acho que não vale a pena. Tenho apenas aqui o documento para entregar para que realmente possam fazer a averiguação da situação e verificarem que realmente as casas encontram-se vazias, abandonadas ou não, vandalizadas ou não, elas estão lá.” -----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Manuela. -----

----- A informação que eu recebi da Câmara Municipal confirma tudo o que disse, confirma as várias candidaturas que fez, confirma que tem uma pontuação alta para o T4 que é a tipologia que é necessária, com uma pontuação de 107,6, o último T4 que foi atribuído foi com 102,8 pontos. -----

----- A CML tem dificuldades às vezes na atribuição dos T4 porque não tem T4 e este é um tema que nós vamos ter que também de dialogar com a Câmara, porque quando não há T4 as pessoas que estão à espera de T4 são as famílias mais numerosas que ficam prejudicadas em relação aos outros todos, porque há menos T4 do que T3. -----

----- E, portanto, vamos ter que encontrar se calhar aqui uma outra solução, mas até lá, provavelmente, o seu caso vai-se resolver porque já está com uma pontuação muito próxima do limite máximo, mas se for para a frente esta nossa ideia o grupo de trabalho da Assembleia Municipal vai acompanhar estes casos individualmente. Eu própria estarei nesse grupo de trabalho e, portanto, será uma maneira de acompanharmos mais diretamente as situações que são colocadas aqui, uma vez que é a nós que se está a dirigir, portanto, é de nós que depende esta resposta. -----

----- É o máximo que eu lhe posso dizer por hoje. -----

----- Muito obrigado. -----

----- Estava inscrita a Senhora Liliana Martins, que não pôde estar, não está, se ela vier entretanto chamarei. -----

----- Também é um problema relacionado com habitação social e também já cá esteve, pelo menos duas vezes. -----

----- Depois temos a Senhora Ana Rita Silva que também já interveio várias vezes, mas inscreveu-se novamente. Também é um problema relacionado com habitação, mas creio que vai anunciar a entrega de uma petição, portanto, pedia à Rita Silva se fizesse o favor de tomar a palavra.” -----

----- **A Senhora Ana Rita Patrocínio Teles Silva**, residente em Rua Professor Fernando Fonseca, Nº 18 C – 1º Dto. 1600-618 Lisboa, fez a seguinte intervenção: ----

----- *“Obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----*

----- *Celebramos 40 anos da Constituição da República Portuguesa, onde estão consagrados direitos e garantias fundamentais para as pessoas. -----*

----- *E um desses direitos é o direito à habitação, que não é uma realidade para muitas pessoas no nosso país e que continua a ser atropelado, quer seja pelas forças do mercado, quer seja pelas próprias forças do Estado que também despejam sem assegurar que uma alternativa é encontrada. -----*

----- *Apesar dos esforços conduzidos por esta ou por aquela política pontual, o problema geral é um problema estrutural muito forte e que está associado a toda uma política de via verde ao mercado. Em que depois a única coisa que existe são alguns pequenos programas que vão criando alguns remendos, que vão tentando gerir situações que começam a ser cada vez mais complicadas de gerir, uma vez que há um empobrecimento da população e o mercado de habitação é privado, é cada vez mais liberalizado e inacessível para muitas pessoas. -----*

----- *A maior parte ou grande parte das pessoas que procuram a associação Habita, que é uma associação pela defesa do direito à habitação, são gente, são pessoas de Lisboa que aqui cresceram, que aqui trabalham e que estão a ser expulsas da cidade. -*

----- *Pessoas sem casa, pessoas em situação de sobrelotação como as várias situações que têm vindo aqui a ser descritas e pessoas em vias de despejo ou já despejadas. Não têm pontuação suficiente para aceder, por exemplo, ao Regulamento de Habitação Municipal porque estão nos níveis do ordenado mínimo em termos de rendimentos ou porque vivem numa casa, apesar de serem condições de sobrelotação indignas em condições, mas também não conseguem aceder a outros programas existentes feitos para a chamada classe média e, é muito triste que se tenham que arranjar também programas para a classe média porque a classe média já não consegue viver na cidade ou os jovens já não conseguem viver na cidade. É muito triste que eles tenham que depender estes programas que são criados para que consigam ter acesso àquilo que é a habitação disponível em Lisboa. -----*

----- *É lamentável. O que acontece é que é lamentável que as pessoas já não tenham acesso a habitação em Lisboa e por isso tenham que se criar alternativas que acabam por não ser alternativas, porque não são de todo o suficiente para aquilo que são as necessidades. E assim, depois de vários anos do Programa Local de Habitação, que fazia um ótimo diagnóstico e tinha um ótimo objetivo que era impedir a perda de população em Lisboa, nós continuamos a perder população em Lisboa. -----*

----- *As políticas do urbanismo...” -----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu só lhe pedia que abrevie porque já acabou o seu tempo.” -----

----- **A Senhora Ana Rita Patrocínio Teles Silva**, prosseguiu a intervenção: -----

----- *“Há despejos sem se analisar a situação e salvaguardar soluções alternativas adequadas. Esses despejos não podem ser feitos e não é suficiente uma linha de emergência da Segurança Social para um albergue temporário, isso não é uma solução digna.* -----

----- *Nós sabemos das limitações das autarquias, mas também sabemos das suas responsabilidades. Sabemos que são necessárias outras políticas do Estado Central e nós também aí estamos a pressionar e vamos continuar a mobilizar e a colocar o assunto no centro da agenda, mas desde já é muito importante que separem os despejos sem, de qualquer tipo de despejo, sem se salvaguardar soluções dignas e adequadas e que haja a criação de mais casas a preços sociais, atenção que não são casas de acordo com percentagens de valor de mercado ou coeficientes do valor patrimonial das casas.* -----

----- *Por isso eu tenho muito gosto apenas em dizer que, nós tivemos aqui há um mês atrás e falámos neste problema, vimos aqui entregar hoje uma petição para os Senhores e as Senhoras Deputadas e a Presidente da Assembleia analisarem. Uma petição que pede uma urgente discussão sobre a questão da habitação em Lisboa, pede o fim dos despejos e mais habitação a preços sociais.* -----

----- *Esta petição tem cerca de 450 assinaturas.”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Em boa hora é entregue porque naturalmente é um tema urgente, e agora vai ser encaminhada para apreciação pela 3ª Comissão e depois terá de ser discutida em Plenário, tem as assinaturas superiores ao mínimo obrigatório e terá nessa altura os peticionários, os primeiros peticionários, terão oportunidade de explicar melhor o que pretendem com a petição. De qualquer maneira vamos naturalmente dar-lhe seguimento e, portanto, agradeço a petição. -----

----- Esta Assembleia tem recebido muitas petições e verificamos que é uma forma às vezes útil e expedita de resolver problemas, ou pelo menos de colocar com mais prioridade na agenda determinados temas que são difíceis de resolver e que nem sempre têm toda a prioridade. -----

----- No caso concreto da habitação ela tem estado sempre na agenda, mas é mais um elemento que nos pode ajudar a encontrar melhores soluções. -----

----- Vamos então passar a palavra agora à Senhora Sandra Elisabete Marques Henriques que vem saber o que é que se encontra previsto para o Parque Urbano Quinta da Montanha.” -----

----- **A Senhora Sandra Elisabete Marques Henriques**, residente em Azinhaga da Fonte Louro, Quinta da Montanha, N° 4 B 1900-231 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde gente.-----  
----- É o seguinte, eu venho aqui expor o caso da situação do Bairro da Azinhaga da Fonte do Louro.-----  
----- Somos um grupo de moradores com cerca de 14 famílias que habita no bairro autoconstruído acima referido, estamos todos com candidatura feita à Câmara Municipal de Lisboa para realojamento em habitação social.-----  
----- Em meados de Agosto de 2015, tomámos notícia que de que existe um projeto da Câmara Municipal para intervir no bairro para a construção de um parque urbano. Em Setembro do mesmo ano, vimos chegar as primeiras máquinas ao bairro para iniciar obras, sendo que as mesmas obras colocaram em perigo algumas habitações sociais, pois as máquinas ao passar, a executar os trabalhos, faziam estremecer as paredes e as estruturas das casas.-----  
----- Após isto, chamámos a atenção dos técnicos que executavam os trabalhos. No seguimento desta situação foi levado ao bairro um senhor técnico, Rui Tinto, que nos disse ser do Departamento Patrimonial da Câmara Municipal de Lisboa. Deslocou-se ao bairro para fazer um levantamento de quantas famílias ali habitavam.-----  
----- Ainda no mês de Setembro foi colocada uma placa que apresentava a planta do projeto Parque Urbano Quinta da Montanha em que parte alguma completa as nossas casas, sendo que as obras perturbam a vida e funcionamento normal do bairro. Nomeadamente, taparam ruas de acesso às habitações, fizeram muro à volta das habitações rodeadas com casas, com montes de areia que correm risco de derrocada com chuvas e mau tempo e provocaram ainda mais a humidade nas habitações.-----  
----- Em meados do mês de Outubro, uma equipa técnica da Câmara Municipal de Lisboa disse estar encarregue do assunto relativo às pessoas de sem-abrigo, deslocaram-se ao bairro, pelo que vimos, para apenas para ver.-----  
----- Após isto, recebemos a visita de técnicos da Câmara Municipal, do Departamento da Habitação, que pediram documentos dos elementos dos agregados familiares. Posto isto, ao ser interrogados sobre o porquê de nos pedirem os documentos, sobre a presença no bairro, sobre a intervenção das máquinas no bairro, perguntámos também se haveria alguma resposta face aos pedidos de habitação social e nenhuma resposta nos foi dada neste sentido. As técnicas disseram-nos que estavam lá apenas para recolher as identificações e nada mais sabiam.-----  
----- Face a isto, temos a dizer que em momento algum recebemos informação oficial da Câmara Municipal de Lisboa, no sentido de perceber quais são os planos intervenção para o nosso bairro, nem de que moldes as nossas habitações se enquadram ou não nestes planos. Nunca nos foi dito se o bairro está em perigo pelas intervenções e ações que referimos anteriormente. Tememos que possamos estar.-----  
----- Não sabemos nem aceitamos...”-----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Oh Sandra já terminou o seu tempo, eu vou-lhe pedir que conclua e depois faziam-me o favor de me esclarecer umas dúvidas que eu tenho, mas conclua primeiro.”-----  
----- **A Senhora Sandra Elisabete Marques Henriques**, prosseguiu a intervenção: ---

----- “Não estão informados em relação a todo o processo já em curso e não aceitamos a demolição do bairro, sem antes que estejam garantidos as situações alternativas de realojamento. -----

----- Nós moradores chamamos a atenção para a existência de crianças, algumas com problemas de saúde, deficientes, invisuais e idosos. E toda esta situação de incertezas e inseguranças nos causam transtorno e agravam todas estas situações, já de si muito graves. -----

----- Obrigado e boa tarde.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra questionou:

----- “Sandra espere aí, não vá embora que eu precisava de lhe perguntar. Estamos a falar de que bairro?”-----

----- **A Senhora Sandra Elisabete Marques Henriques**, retorquiou: -----

----- “É a Azinhaga da Fonte do Louro, é um parque onde decorre o Rock in Rio.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra questionou:

----- “E, portanto, é freguesia de Marvila? É isso?”-----

----- **A Senhora Sandra Elisabete Marques Henriques**, retorquiou: -----

----- “No fundo, esse parque tem umas vivendas por trás, foram autoconstruídas de raiz.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra questionou:

----- “Portanto, é um bairro de autoconstrução. Uma AUGI, será?”-----

----- **A Senhora Sandra Elisabete Marques Henriques**, retorquiou: -----

----- “Diga?”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra questionou:

----- “É uma AUGI, um bairro de autoconstrução?”-----

----- **A Senhora Sandra Elisabete Marques Henriques**, retorquiou: -----

----- “Há lá umas vivendas que são mesmo da Câmara Municipal de Lisboa e por trás e que foram construindo.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Certo. É que eu estava a tentar identificar o bairro, é só por isso, para perceber melhor do que é que estamos a falar. -----

----- É freguesia de Marvila?”-----

----- **A Senhora Sandra Elisabete Marques Henriques**, retorquiou: -----

----- “Não, Areeiro.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem, era só isso que eu queria saber, obrigado. -----

----- Vamos prosseguir, temos mais uma pessoa inscrita, o Senhor Rui Maia da Associação de Pais da Escola EB1 Leão de Arroios, vem falar de questões relacionadas com a escola e com a cantina.” -----

----- **O Senhor Rui Maia**, residente em Rua Sebastião Saraiva Lima, N.º89 – 4ª Dto., fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Exatamente.*-----

----- *Boa tarde a todos.*-----

----- *Eu venho só tratar de dois temas muito rapidamente que é muito pouco tempo. Pedia antes de mais, porque já cá vim em nome da associação de pais e em nome dos pais mais do que uma vez tratar de uma parte destes temas, que todos os Grupos da Assembleia Municipal que aqui estão presentes endereçassem uma resposta à associação de pais sobre os dois temas que eu vou colocar, eu vou deixar na mesa contacto a associação de pais e agradecia a vossa atenção para isso.* -----

----- *Em primeiro lugar sobre o IRS de 2015 das cantinas. Esta associação de pais fez um trabalho no fim do ano passado, que foi trazer a público um problema que é municipal e que é nacional, que tem a ver com o facto de as câmaras municipais contratarem empresas para fazerem prestações de serviços dentro das escolas, nomeadamente cantina. É um exemplo, é o exemplo que aqui trago da Nordigal, que está a fazer faturação a 23% aos pais, o que significa uma coisa muito simples, as pessoas vão entregar o seu IRS, como nós, aliás, divulgamos através da comunicação social e se forem chamadas a fazer a sua confirmação com as despesas de cantina, essas despesas são retiradas e, portanto, o abatimento a coleta reduz e temos um problema fiscal de desigualdade fiscal, de falta de equidade e tratamento desigual entre famílias no Município de Lisboa. Não é só no município de Lisboa. O Município de Odivelas também já assumiu que assim é, e certamente outros casos existirão.* -----

----- *A Vereadora ligou-me há algumas semanas a referir que esse problema estava a ser tratado, nós ainda não tivemos nenhuma resposta. Aquilo que aqui trazemos não é um pedido, nem um favor que pedimos, é aquilo que é de bom senso, é que a Câmara Municipal quando faz a contratação de um serviço verifique as condições em que ele está a ser prestado.* -----

----- *Portanto, já agora do ponto de vista da qualidade, a qualidade é dada como de muito bastante reduzida qualidade e muitas vezes até de pouca quantidade nas cantinas escolares, mas já agora, que pelo menos aquilo que é o processamento fiscal das empresas que são contratadas seja tratada.* -----

----- *E neste momento, já começou a entrega de IRS e as famílias estão objetivamente a ser prejudicadas, entaladas entre a Câmara Municipal que contratou uma empresa que não cumpre, uma empresa que não quer cumprir, mas quem tem que cumprir são as famílias que têm que entregar o IRS.* -----

----- *E, portanto, estas 400 famílias daquela escola e todas as do 1º ciclo e jardins-de-infância de Lisboa estão perante esta situação e, portanto, a Câmara Municipal tem que dar uma resposta a isto, significa que a empresa tem que fazer uma emissão nova de faturas, ou então, aquilo que está a Câmara Municipal a dizer é, as famílias entregam IRS que não é legal. Porque basicamente as despesas de educação*

*dedutíveis são aquelas que têm isenção de IVA ou regime reduzido de IVA e não é isso que está a acontecer.* -----

*----- Em Segundo lugar e termino já, muito rapidamente, o tema que já aqui nos trouxe mais do que uma vez, que são as condições da escola. Isto está dentro do mesmo âmbito, o que significa que a Câmara Municipal contratou em 2014 obras grandes para a Escola EBI Leão de Arroios, depois de muita insistência nossa e um abaixo-assinado aqui, que aqui trouxemos, e basicamente uma parte das obras ficou mal feita. E, desde então, a única coisa que nós temos pedido é que essas obras relativas ao chão que provoca imensos danos nas crianças e nos equipamentos e nas roupas, de uma escola que abrange uma área que não é uma área privilegiada, que essas obras sejam...* -----

*----- EBI Leão de Arroios.* -----

*----- Que essas obras sejam realmente cumpridas, corrigidas, as infiltrações tratadas até ao fim, o ensombramento das salas de aula verificado e recolocado e, portanto, eu a única coisa que aqui trago é que o rigor que é exigido às famílias do ponto de vista nacional, seja também exercido do ponto de vista da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal.* -----

*----- E, portanto, não é um favor que aqui vimos pedir, é que seja cumprido aquilo que é no mínimo de bom senso.* -----

*----- Eu deixo aqui uma fotografia que é uma curiosidade. Simplesmente que as aulas começaram ontem e já nos chegaram relatos de joelhos rasgados e de calças danificadas impossibilitadas de voltar a usar. Não é uma coincidência, é o dia-a-dia da escola e, portanto, nós precisamos de resposta a isso.* -----

*----- Eu pedia só que entregasse isto, uma cópia aos Grupos Parlamentares porque está aqui nosso endereço de email e gostava de ter a vossa resposta.”* -----

*----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, respondeu o seguinte:--*

*----- “Muito obrigada.* -----

*----- Naturalmente, a Mesa da Assembleia vai encaminhar isto para a Câmara Municipal, à Senhora Vereadora que tem o Pelouro da educação, e também, desta vez, penso que faz sentido, encaminhar para a 7ª Comissão, uma vez que é a Comissão que acompanha os problemas de educação e, portanto, para acompanhar esta situação de mais perto e vermos o que é que se passa.* -----

*----- Será distribuída a fotografia, como solicitou.* -----

*----- Senhores Deputados, terminámos as intervenções antes da ordem do dia.”* -----

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

*----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou: -----*

*----- “Temos, agora, um conjunto de atas para aprovar; **atas números 80, 82, 85 e 96.** São estas as quatro atas que estão para aprovação.* -----

*----- Pergunto se há alguém que quer intervir sobre as atas? Não vejo ninguém a pedir a palavra. A Mesa vai pôr à votação estas quatro atas, peço a vossa atenção. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. As **atas números 80, 82, 85 e 96** foram **aprovadas por unanimidade.*** -----

----- Vamos passar ao ponto dois da ordem de trabalhos.” -----

----- **PONTO 2 – VOTO 3/100 (BE) – SOLIDARIEDADE COM OS ACTIVISTAS ANGOLANOS, AO ABRIGO DO ARTIGO 48º DO REGIMENTO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- (O **Voto de Solidariedade** está anexado à presente Ata, como **Anexo I**, e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Como terão visto, isto é um voto que foi apresentado pelo BE na 100ª sessão, na altura, o requerimento do BE para que fosse discutido naquela sessão não foi aceite, portanto, o voto deu entrada para ser discutido, hoje, e entretanto, o Partido Socialista apresentou, também, um voto. E eu vou começar por pedir aos preponentes que apresentem os vossos votos, cada um apresenta o seu, pergunto primeiro, ao BE se quer apresentar o seu voto, depois, iniciar-se-á um período de intervenção e, depois, votações.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Boa tarde a todos e a todas. -----

----- Apresentamos o voto que entregámos na semana passada, na terça-feira, no dia seguinte às notícias que tivemos sobre a condenação de dezassete jovens angolanos, uma condenação que já foi criticada, que já foi mencionada por vários órgãos, em Portugal, desde o Presidente da República, a Assembleia da República, o próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros, hoje, ainda, tivemos a Bastonária da Ordem dos Advogados a pronunciar-se sobre o absurdo daquela sentença, e portanto, gostaríamos que a Assembleia Municipal de Lisboa, à semelhança do que fez em outubro do ano passado, quando Luaty Beirão estava em greve de fome, fez mais de trinta e seis dias de greve de fome, gostaríamos que houvesse um voto de solidariedade com estes ativistas angolanos que estão a enfrentar uma ditadura, estão a lutar pelos direitos de uma democracia que, ainda, não existe naquele país, e que olhemos para Angola como um país que precisa destes jovens e que não precisa de os condenar. -----

----- Portanto, o nosso voto sugere que haja uma solidariedade com estes ativistas políticos, que seja repudiado o processo judicial que, à última hora, do último dia, no dia da leitura da sentença, inventou um novo argumento de associação de malfeitores para que pudesse ser agravada a pena, e portanto, um sistema judicial destes não merece respeito porque não respeita os seus cidadãos. Pelo que só podíamos apelar à solidariedade e à libertação destes ativistas.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Pergunto ao Partido Socialista se quer apresentar o seu voto? Senhor Deputado José Leitão.” -----

----- **VOTO SOBRE A CONDENAÇÃO DOS DEZASSETE JOVENS ATIVISTAS ANGOLANOS E DO LUSO-ANGOLANO LUATY BEIRÃO – APRESENTADO PELO PARTIDO SOCIALISTA:**-----

----- (O Voto apresentado pelo PS está anexado à presente Ata, como **Anexo II**, e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, muito sumariamente, o voto que apresentamos é suficientemente, claro. Nós consideramos que Angola, que a Constituição Angolana consagra o Estado de Direito Democrático, prevê liberdades de participação aos cidadãos, constatamos, contudo, que, efetivamente, há uma situação que nós lamentamos e uma situação que esperamos venha a ser corrigida e que se traduz, nomeadamente, num processo conhecido.-----

----- Portanto, fazemos votos para que as instruções funcionem, para que os direitos previstos na Constituição da República Angolana sejam respeitados e que, portanto, se resolva positivamente, no sentido de que, assim seja, apresentamos o nosso voto.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação da Declaração de Voto do Grupo Municipal do PCP: -----

----- “Senhora Presidente, Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público em geral. -----

----- Em nome do PCP, vamos apresentar, aqui, eu vou ler, uma proposta que queremos que fique em ata como uma Declaração de Voto do Grupo Municipal do PCP: -----

----- Sobre os votos relativos ao processo judicial que recai sobre diversos cidadãos angolanos, e que decorre na República de Angola, o Grupo Municipal do PCP entende frisar que: -----

----- Reafirmando a defesa do direito de opinião e manifestação e dos direitos políticos, económicos e sociais em geral, o PCP sublinha a importância do respeito da soberania da República de Angola, do direito do seu povo a decidir – livre de pressões e ingerências externas – o seu presente e futuro, incluindo da escolha do caminho para a superação dos reais problemas de Angola e a realização dos seus legítimos anseios. -----

----- Reiterando a defesa dos direitos e garantias dos cidadãos angolanos – não se pronunciando sobre as motivações dos cidadãos angolanos envolvidos neste processo, nem sobre a forma como as autoridades competentes angolanas intervieram no decurso deste – o PCP reitera a sua consideração que cabe às autoridades judiciais angolanas o tratamento deste ou de outros processos que recaiam no seu âmbito, no quadro do normal funcionamento das suas instituições e de acordo com a sua ordem jurídico-constitucional. -----

----- Não esquecendo a longa guerra de subversão e agressão externa que foi imposta ao povo angolano e que tantos sofrimentos e destruição causou, o PCP não acompanha campanhas que, procurando envolver cidadãos angolanos em nome de uma legítima intervenção cívica e política, visam efetivamente pôr em causa o normal funcionamento das instituições angolanas e desestabilizar de novo a República de

Angola, com a invocação de argumentos e pretextos já utilizados para justificar a ingerência externa exercida sobre outros países, nomeadamente no continente africano. -

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Apenas para dizer que é espectável o resultado final desta votação, este debate já o tivemos anteriormente, aqui na Assembleia quando tivemos a votação sobre a greve de fome de Luaty Beirão, ele já se reproduziu, de alguma forma, na Assembleia da República, também, sobre este tema a semana passada, mas não podemos deixar de registar que respeitando a soberania dos Estados, temos que ter uma capacidade de análise sobre o que são esses regimes, e temos que ter uma capacidade de avaliar o que são ditaduras e o que são democracias, e em Angola não há uma democracia, há uma ditadura, da mesma forma que em tempos, em Portugal, e com grande dignidade militantes do Partido Comunista Português, e de outros partidos, mas em particular o PCP, lutaram pela liberdade, houve movimentos internacionais, houve ativistas, houve figuras que se levantaram e defenderam esses presos, e esses homens e mulheres de grande dignidade, que eram torturados, que eram presos e que eram enviados para campos de concentração como o do Tarrafal.-----

----- Portanto, respeitamos esses que lutaram, respeitamos os que levantaram as suas vozes e que puseram em causa o respeito pela soberania e o direito para decidir da ditadura, e era isso, agora, que devemos fazer, e era essa a obrigação que tínhamos perante estes ativistas.-----

----- Há um grande dirigente, ainda vivo, que vos é muito caro, que disse: “A história, um dia, me absolverá”. Esperamos que a história vos absolva, também.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.-----

----- Não vemos mais pedidos de palavra.-----

----- A Mesa vai pôr à votação os votos pela ordem de entrada, não são alternativos porque são redações distintas, e não se pretendem substituir um ao outro, portanto, o primeiro voto a ser votado é o Voto apresentado pelo BE, **Voto nº 3/100**, e depois segue-se o Voto apresentado pelo PS.-----

----- Pedia a vossa atenção, vamos votar o **Voto nº 3/100** do BE. Votos contra do PSD, PCP e CDS-PP, abstenções do PS e de 1 Deputados do PSD, votos a favor do BE, PEV, PAN, PNP, 6IND e 7 Deputados do PS (o MPT esteve ausente nesta votação). O **Voto nº 3/100**, apresentado pelo BE, foi **aprovado por maioria**.-----

----- Vamos passar ao **Voto nº 1/102** apresentado pelo PS. Votos contra do PCP e do CDS-PP, abstenção de 1 Deputado do PSD, votos a favor do PS, PSD, BE, PEV, PAN, PNP e 6IND (o MPT esteve ausente nesta votação). O **Voto nº 1/102**, apresentado pelo PS, foi **aprovado por maioria**.-----

----- Vamos passar ao ponto três da nossa ordem de trabalhos.”-----

----- **PONTO 3 – APRECIACÃO DO PARECER DA 8ª COMISSÃO PERMANENTE SOBRE A PETIÇÃO Nº 15/2015 – ESTACIONAMENTO NO**

**CENTRO HISTÓRICO DE CARNIDE, AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA; 2XGRELHA-BASE – 68 MINUTOS;**-----

----- (O **Parecer** da 8ª Comissão Permanente de Mobilidade e Segurança fica anexado à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Recomendação nº 1/102** – 8ªCP - fica anexada à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou:-----

----- “É uma petição sobre o estacionamento no Centro Histórico de Carnide que não tinha as duzentas e cinquenta assinaturas, portanto, eu pedi para avisarem os peticionários que o assunto ia ser discutido hoje, embora não haja lugar àqueles dez minutos aos peticionários que só é previsto quando há mais de duzentas e cinquenta assinaturas, ou quando é uma Associação de Moradores.-----

----- De qualquer maneira, a 8ª Comissão apreciou a petição e entendeu fazer propostas à Assembleia Municipal. E nessas condições, eu pedia ao relator do parecer que é o Senhor Deputado Municipal Manuel Lage apresentar o trabalho que fizeram sobre a petição e as recomendações que têm.-----

----- O parecer é apenas para vosso conhecimento, sendo que o que está em votação é a recomendação que resulta do parecer, a **Recomendação nº 1/102.**”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, e na qualidade de relator do presente parecer, fez a seguinte intervenção:-----

----- “A 8ª Comissão analisou e elaborou este parecer que resulta da análise de uma petição acerca do estacionamento no Centro Histórico de Carnide.-----

----- Da petição resulta que das zonas circundantes ao Centro Histórico de Carnide são zonas tarifadas pela EMEL, que a reserva de lugares ocorre, muitas vezes, por parte dos empresários da restauração, que estes são fatores determinantes para a ausência de estacionamento e como soluções para o problema foram apresentados o aumento do número de lugares, a introdução do acesso condicionado, condicionando, efetivamente, que o local passasse a ser apenas reservado para estacionamento só para residentes, e que passasse a existir a EMEL no local. Depois, a visita da 8ª Comissão ao núcleo antigo de Carnide, onde observasse que o facto de não existir a fiscalização por parte da EMEL faz com que o local seja, de facto, mais procurado, e esta procura aumenta ainda mais no período das refeições, da restauração existente no local, por parte dos utentes do Metro, por parte dos utentes dos espetáculos da Casa do Artista, como é referido no parecer, e também, nos dias dos jogos de futebol no Estádio Sport Lisboa e Benfica, mesmo ali ao lado.-----

----- Há então, três propostas para criação de bolsas de estacionamento na área, no local, na zona do jogo da bola, trata-se de uma bolsa com setenta lugares. Esta bolsa merece a concordância da Junta de Freguesia, e implicaria a retirada do arvoredado que, alegadamente, se encontra doente, e esta obra seria executada pela Junta de Freguesia de Carnide. Esta opção teria que ter também, em conta recuperar arqueológica dos silos de cereais que se encontram no local e que remontam à época dos Descobrimentos, ainda não arrancou.-----

----- A segunda opção seria a Quinta do Pinheiro, aqui estamos a falar de um terreno privado, já não são setenta lugares mas sim, duzentos. Aqui é um acesso pedonal através da Rua das Parreiras que está no Orçamento Participativo, e para além dos duzentos lugares, ainda, se contempla uma zona verde, para além do estacionamento. ---

----- De realçar que, apesar de merecer maior acolhimento esta proposta, trata-se de uma negociação com um privado, o que naturalmente, faz com que seja um processo mais difícil, atendendo que, não sendo fácil a negociação, é menos exequível quer através do tempo, quer por se estar a negociar entre a Câmara e o privado. -----

----- Por fim, a Azinhaga das Carmelitas, assim denominado pela Junta de Freguesia, é precisamente no local em frente, está previsto no PDM como sendo uma escola, também se trata de um terreno privado mas, ao contrário da Quinta do Pinheiro, os proprietários estão bastante interessados, bastante disponíveis, digamos assim, para que possam negociar o terreno com o município e, este local, também, serviria os interesses para as necessidades de estacionamento no local. -----

----- As conclusões, nós podemos constatar que existe, de facto, um défice de estacionamento no local. Há claramente, três localizações para, senão resolver, melhorar substancialmente, as condições ora reclamadas e verificadas, duas delas com intervenção direta por parte do município, ambas passam por negociações com privados e, portanto, com as consequentes negociações, com as consequências que implicam negociações com privados, e uma terceira que pode ser, naturalmente, concretizada pela Junta de Freguesia sem qualquer tipo de negociação com os privados.-----

----- As recomendações que a Comissão, aqui, apresenta são de que a Câmara Municipal implemente uma solução que, efetivamente, seja suficiente para suprir as deficiências identificadas, identificadas pelos peticionários, e que a Assembleia seja informada sobre a implementação da solução para que a Assembleia possa realizar o acompanhamento.-----

----- Senhora Presidente, eu terminei a apresentação do relatório...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, interrompeu: -----

----- “Senhor Deputado, só um minuto, tenho aqui várias coisas na Mesa, já lhe dou a palavra como representante do Partido Socialista, nesta matéria. Deixe-me só, ver. -----

----- Pode prosseguir. E, agora, conta o tempo do PS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Relativamente à parte do Partido Socialista, reforçar que nós notamos que há três soluções claramente, identificadas; duas soluções que dizem respeito a uma intervenção da Câmara em negociações com privados, sujeitas àquilo que é a vontade dos privados, e não a uma vontade meramente, pública, e uma terceira intervenção que compete apenas, a entidades públicas. -----

----- A Câmara não se deve imiscuir e não deve, enfim isentar-se de participação neste processo, mas, de igual modo, a Junta de Freguesia também não o deverá fazer e,

portanto, deverão unir esforços para encontrar uma solução que vá de encontro àquilo que são os anseios demonstrados pelos peticionários.-----

----- Portanto, esta é a posição do Partido Socialista relativamente a esta petição. -----  
----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhores Deputados, temos que voltar um pouco atrás, pois temos aqui, uma dúvida, a Mesa tem uma dúvida na interpretação dos resultados da votação do **Voto 3/100**. Nós temos a seguinte votação; votaram contra o PCP, o CDS-PP e o PSD, pareceu-me que iam votar contra pela bancada, depois, a abstenção, a indicação de voto do PSD era de abstenção, e há uma abstenção de um Deputado do PSD, depois, nos votos a favor são do BE, do PEV, dos 6IND, 7 Deputados do PS que contei eu, do PNP, PAN e o MPT estava ausente. A questão é esta, nós contamos os votos da bancada do PS na abstenção, e isolamos 7 que votaram a favor. No PSD eu não sei qual é o voto da bancada, não sei se é contra, ou abstenção? Se é contra o voto da bancada é de todos, menos de 1 que se absteve, portanto, não estão cá, mas conta 15, ao invés de se contar apenas o que cá estavam. Tem sido este o critério que temos aplicado, é que com este critério a Mesa terá que corrigir o resultado da votação, pois, consideram-se 23 votos contra e 21 votos a favor. É evidente que este critério de votação por bancada levanta sempre estas dificuldades, nós temos que contabilizar sempre que a bancada se divide, quando a bancada não se divide, nós contamos todos, como se cá estivessem todos, é o voto de bancada, é assim que funciona também, na Assembleia da República.-----

----- Portanto, tenho esta dificuldade, ou repetimos a votação para conferir exatamente, e eu conto os votos todos, ou se alguém recusa esta interpretação da Mesa, tenho que pôr à vossa consideração. Eu estou a fazer a interpretação que nós acertamos que seria a interpretação que devíamos fazer. Mas como isto altera o que eu há pouco, anunciei, eu não posso deixar de colocar o problema ao Plenário.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Quero uma repetição da votação, isso e se podemos fazer de forma nominal?”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Eu penso que depois da votação feita, tenho alguma dificuldade. Nós só temos que esclarecer dúvidas sobre o resultado da votação para que fique tudo bem claro, e portanto, eu peço às bancadas que estejam com atenção, e que me indiquem se o voto que estão a dar é o voto da bancada, ou é liberdade de voto e cada um vota como quer. Quando é liberdade de voto, nós contamos os votos de cada um e só contam os que cá estão. Quando é voto de bancada temos que contar a bancada.-----

----- A votação nominal deveria ter sido pedida antes da votação. Eu lamento, Senhor Deputado, lamento, está prevista a votação nominal, mas tem de ser pedida antes de nós fazermos a votação, e esta votação já foi feita, eu só estou a trazer aqui, o problema porque temos dúvidas quanto à interpretação do resultado, e eu não quero que fique sobre uma matéria tão relevante qualquer espécie de dúvida, nesta Assembleia.-----

----- Eu vou fazer uma repetição da votação, e peço aos Senhores Deputados que levantem todos, o braço porque muitas vezes, deixam-se ficar só com o braço da fila da frente e levanta isso, dificuldades à Mesa de perceber se é uma votação da bancada toda, ou se é só da fila da frente.-----

----- Eu vou fazer uma repetição da votação.-----

----- Se há Senhores Deputados a ausentarem-se da sala, a Mesa regista essa ausência da sala, e as ausências da sala são considerados votos não válidos, ou seja, não há voto. Tem que diminuir as pessoas que saem da sala. Se há pessoas que saem da sala, eu informo que é esse o critério, quando há Deputados ausentes, nós identificamos que há Deputados ausentes. O Senhor Deputado do MPT não está ausente da sala, mas não está no seu lugar, portanto, é considerado ausente da votação. Portanto, eu peço que isto fique bem claro.-----

----- É por bancada mas há pessoas que, neste momento, não estamos com o quórum com que começamos a sessão.-----

----- Nós podemos registar as ausências todas, não temos qualquer dificuldade em registar as ausências todas. É a bancada, tirando os Deputados que estão ausentes. Não posso fazer de outra maneira. Não podemos ter dois critérios na mesma votação, só podemos ter um.-----

----- Vamos dar, então, a palavra para esclarecermos isto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, a minha opinião é que não tem que haver uma nova votação, a votação foi feita, validamente feita, houve um erro da Mesa no anúncio dos resultados, a Mesa corrige de acordo com o que é prática desta Assembleia, o anúncio do resultado. O **voto nº 3/100** não foi aprovado, é esse o resultado corrigido, daquilo que foi o voto expresso.-----

----- Agora, uma nova votação não faz sentido, não é que alterasse nada, mas haveria, por ventura, menos votos a favor da proposta, mas só que não é com o mesmo colégio eleitoral que esteve aqui, anteriormente. E portanto, a Mesa apenas anuncia a correção de acordo com o voto expresso, e que foi o voto não aprovado de acordo com a votação feita.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Temos que analisar o que se passou. Houve um erro na contagem, houve um erro no anúncio. Se houve um erro na contagem, tem de se fazer uma nova votação, e não é uma repetição, se houve um erro no anúncio, retifica-se o anúncio e está resolvido o problema.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu:-----

----- “Senhor Deputado, eu posso já responder que foi um erro no anúncio, porque a Mesa interpretou como, pronto, fiz mal as contas. O problema é que temos dez forças políticas e quando há divisões de bancada, às vezes torna-se difícil. Foram os serviços de apoio que vieram aqui com o quadrinho preenchido a dizer, que estava errado o anúncio e eu tive que , imediatamente, vos chamar a atenção porque não pode ficar na

ata um erro de um resultado de uma votação. Portanto, se o erro é do anúncio, portanto, chagamos a consenso, quando quiserem este consenso poderá ser alterado, isto não é uma especificidade que esteja explicitada no nosso Regimento, mas foi um entendimento a que nós chegámos na Conferência de Representantes. Nada sendo dito, a votação é por bancada. Quando há votos diferentes, são contabilizados e deduzidos na bancada, esses votos diferentes contabilizados. Portanto, é assim que temos feito e, é assim, que continuaremos a fazer, deduzidos não nos que estão presentes, mas no total dos votos da bancada. -----

----- Sendo assim, houve 23 votos contra, e 21 votos a favor, independentemente, do número de abstenções, portanto, o **Voto nº 3/100** foi **rejeitado**. -----

----- Peço desculpa pelo nosso erro, e teremos que estar particularmente, atentos nestas votações para que isto não volte a acontecer e, portanto, penalizo-me junto de todos pelo erro da Mesa. -----

----- Vamos prosseguir. -----

----- Senhores Deputados, antes de continuarmos a discussão desta petição, eu queria fazer uma pequena interrupção pelo seguinte; nós temos, hoje, na ordem de trabalhos a Eleição do Representante Fiscal Único de Lisboa Ocidental – SRU. Isto tem o parecer da 1ª Comissão mas é, simplesmente, para designar uma pessoa que pertence a uma sociedade. Foi discutido em Conferência de Representantes se isto era por voto sobre a proposta, ou se era por voto secreto. Na Câmara foi por voto secreto uma vez que era o nome de uma pessoa em particular, e entendeu-se em Conferência de Representantes, que deveríamos usar precisamente, o mesmo procedimento. -----

----- Sendo assim, nós não vamos votar a proposta em si, o que vamos votar é a indicação daquele Senhor em específico que é o Fiscal Único indicado pela Câmara, em voto secreto. -----

----- E, portanto, sendo assim, não tenho na Mesa inscrições sobre a matéria, portanto, posso, desde já, anunciar para que depois, não haja falta de quórum na votação, posso desde já anunciar que no *foyer* pequeno vai ser aberta a urna para irem lá votar, pedia aos Senhores Deputados que não fossem todos ao mesmo tempo, mas para irem votando para podermos apurar o resultado, é uma votação nominal no Fiscal Único da SRU Ocidental, no nome da pessoas que a Câmara Municipal indicou e que não levantou objeções na 1ª Comissão, e tem o parecer favorável, nesse sentido. -----

----- Não é necessário nomear escrutinadores, durante o momento em que estamos a votar, só quando chegar ao final da votação, e que os serviços me indiquem que já têm quórum suficiente para fechar a votação, nós fechamos a votação e, nessa altura, peço pelo menos a um Senhor Deputado que vá acompanhar o escrutínio. Portanto, isto apenas, para vos dizer que, desde já, está aberta a votação no *foyer* pequeno do Fiscal Único para a SRU. -----

----- E vamos então, prosseguir com o parecer da 8ª Comissão. -----

----- Estava o Senhor Deputado Manuel Lage a intervir, e agora vamos ver quem é que quer intervir mais, sobre esta matéria.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Freire Andrade (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Secretários da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Peticionários e restante Público. -----

----- Quero, em primeiro, saudar os peticionários o Grupo Comunitário de Carnide pela iniciativa de trazer a esta Assembleia Municipal, e aos decisores políticos, através do direito legal de petição, as questões que os preocupam, enquanto comunidade. -----

----- Mais uma vez prova que a sociedade civil está mobilizada e atenta à forma como é gerido o espaço público, facto que apreciamos e louvamos. -----

----- Esta petição, entre outros, foca um assunto que deveria merecer maior atenção da Câmara de Lisboa e da EMEL, e que não se circunscreve a Carnide. Por toda a Lisboa e em pequenas ilhas de estacionamento não geridas pela EMEL, e que são um foco de problemas para os moradores dessas zonas, impossibilitando-os de estacionar as suas viaturas. -----

----- Concretamente, sobre as matérias versadas na Petição 15/2015, Estacionamento no Centro Histórico de Carnide, e tendo a 8ª Comissão apreciado, em visita ao local, e concluído que existe uma escassez de lugares de estacionamento, convém acrescentar que esta petição, para além de identificar um problema, tem a mais-valia de acrescentar várias possibilidades de solução, através da criação de uma bolsa de estacionamento que devem ser remetidas à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Neste sentido, o CDS-PP saúda o Deputado relator, Manuel Lage, e informa que vai votar favoravelmente, todos os pontos da Recomendação nº 1/102, da 8ª Comissão. -

----- Tenho dito.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio de Sousa (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Executivo Camarário, Caro Público presente, Trabalhadores da Câmara Municipal. -----

----- A petição que, aqui, se analisa diz respeito à necessidade de implementação de um parque de estacionamento no Centro Histórico de Carnide. -----

----- Não podíamos deixar de saudar os peticionários que já não têm paciência para a forma como a Câmara Municipal de Lisboa tem gerido esta situação, a ausência de resposta por parte do Vereador Manuel Salgado, às inúmeras solicitações, os vários projetos de responsabilidade da Câmara, da EMEL, de privados, mas sem qualquer tipo de resposta prática ao longo destes anos, têm deixado, de facto, qualquer um sem paciência. -----

----- Mais grave, e já o referimos, é de facto, a ausência de resposta concreta por parte do Vereador Manuel Salgado a esta questão. O Vereador opta por remeter-se ao silêncio por simplesmente, não querer reunir, e não se posicionar como parte da solução do problema. É inadmissível a ausência de resposta a uma centena de emails, uma centena de emails, com pedidos de reunião por parte da Junta de Freguesia e dos moradores dirigidos ao Senhor Vereador Manuel Salgado e sempre, sempre remetidos com o conhecimento do Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Este é um assunto acompanhado pela Câmara há, pelo menos, dez anos e que precisa de ser urgentemente, resolvido porque se agrava de ida para dia.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----  
----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----  
----- Pergunto se a Câmara quer usar da palavra? Senhor Vereador Manuel Salgado.” -----  
----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----  
----- Este assunto, de facto, já vem há alguns anos. Só que as soluções que foram sempre preconizadas é a construção de um parque de estacionamento num terreno privado. Ora sucede que o privado, proprietário da Quinta do Pinheiro, não está interessado em fazer qualquer acordo com a Câmara porque, já alguns anos largos, apresentou à Câmara um projeto para fazer um condomínio tipo condomínio turístico algarvio, nos espaços verdes centrais previstos no Plano de Pormenor de Carnide como área verde, proposta essa que, obviamente, foi recusada porque contraria o Plano de Pormenor. E portanto, não houve, até hoje, qualquer disponibilidade do proprietário dos terrenos para os ceder. -----  
----- Independentemente disso, há uma hipótese no Largo do Jogo da Bola, mas no Largo do Jogo da Bola há uma informação, segundo da EMEL, a única coisa que se consegue fazer é ordenando o estacionamento, o número de lugares é o mesmo, e portanto, resta aqui uma oportunidade de intervenção na Azinhaga das Carmelitas que, ainda, não se conseguiu resolver. -----  
----- Portanto, eu já expliquei isto ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnide e, de facto, insistir com mails diários que é só carregar no botão e o mail vai saindo, quer dizer, eu também posso arranjar uma resposta tipo e carregar no botão e a resposta vai saindo e, por este caminho, não chegamos a lado nenhum. -----  
----- Muito obrigado.” -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio de Sousa (PCP)** no uso da palavra, esclareceu o seguinte: -----  
----- “Bem, nós queremos só esclarecer, porque de facto, será difícil para o Senhor Vereador receber uma centena de emails, ou diariamente, a Junta de Freguesia e os moradores questionarem sobre esta questão, mas de facto, aquilo que nós pedimos não é nada de outro mundo, a não ser uma reunião porque todas as reuniões que fomos tendo, tanto com a EMEL, como com a Direção Municipal de Transporte e Tráfego foram no sentido que a resolução tinha que ser no sentido no âmbito do urbanismo, portanto, aquilo que nos foi sugerido pelos vários serviços e, nomeadamente, pela Empresa Municipal de Estacionamento, foi de facto, que a solução passaria pelos serviços do urbanismo e, portanto, tanto os vários serviços da Câmara mostraram-se interessados, infelizmente, o Urbanismo nunca teve capacidade, ou nunca teve disponibilidade na agenda para nos receber, o que lamentamos. -----  
----- O que reforçamos, neste momento, e deixaríamos, aqui, o desafio inclusive ao Senhor Vereador para que, de facto, já hoje, deixasse uma disponibilidade na sua agenda para receber a Junta de Freguesia e os moradores, nomeadamente, os petiçãoários, para que se encontre uma solução conjunta entre os serviços de

urbanismo que o Senhor Vereador Manuel Salgado dirige, tutela, e a Junta de Freguesia, os peticionários, a EMEL e a Direção Municipal de Tráfego. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Partido Socialista tem um pedido de esclarecimento a fazer no sentido de percebermos, relativamente ao seguimento da intervenção do Senhor Vereador Manuel Salgado, e no seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, as soluções estão claramente identificadas, há aqui dois locais que foram identificados já ao longo do tempo, e no seguimento da visita efetuada, também, pela Comissão, estamos a falar da Azinhaga das Carmelitas e no Largo do Jogo da Bola. Aqui, a questão é qual é a disponibilidade do Executivo, mas também, qual é a disponibilidade da Junta de Freguesia para que, juntamente com a população, haja uma solução efetiva para, como disse o Senhor Presidente da Junta, aqui, ao fim de dez anos se chegue, efetivamente, a uma questão que ponha fim à impaciência, nomeadamente, quanto à Azinhaga das Carmelitas porque, aparentemente, o que tem sido feito, também, por parte da Junta de Freguesia durante todos estes anos, porque não é uma questão de mandarem, é uma questão de agirem efetivamente, para que se encontre uma solução numa lógica de proximidade com os cidadãos. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio de Sousa (PCP)** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Só esclarecer, de facto, é isto que temos andando a fazer ao longo de dez anos. Foram várias as propostas, e por alguma coisa existem, para todos estes locais, projetos concretos. Portanto, nós não estamos a partir do zero, só que, neste momento, negociar com privados e inclusive a Câmara, e os serviços da Câmara e da EMEL, têm sempre manifestado várias vezes o disseram, que estão na disposição, a EMEL diz inclusive, que ele é altamente rentável. Portanto, é esta a visão que a empresa nos vai transmitindo, e que não tem de ser rentável porque estamos a falar de serviço público, mas ainda por cima, ainda há este atrativo por parte da EMEL. Portanto, há que rapidamente, encontrar aqui, uma data na agenda do Senhor Vereador. -----

----- A Junta de Freguesia bem como os moradores, como os restantes serviços da Câmara, estão empenhados em resolver esta situação, é preciso é que também, o Senhor Vereador Manuel Salgado e os seus serviços de urbanismo estejam disponíveis para que isso aconteça. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Penso que não há mais intervenções, neste momento. -----

----- Podemos pôr, então, à votação a **Recomendação nº 1/102** (8ªCP). Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Recomendação nº 1/102** foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- Senhores Deputados, eu renovo a informação que está, neste momento, uma votação por voto secreto no *foyer* pequeno, que é do vosso lado direito, e agradecia que fossem lá, se dirigissem para votar, para termos quórum para depois, apurar se houve uma votação suficiente para a eleição do Fiscal Único da SRU, **Proposta nº 70/CM/2016**. -----

----- Peço para irem votando, enquanto decorrem os nossos trabalhos.-----

----- Vamos passar à **Proposta nº 77/CM/2016**.” -----

----- **PONTO 4 – PROPOSTA 77/CM/ 2016 – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA ADMINISTRATIVA ÀS ENTIDADES QUE BENEFICIAM DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA E DE PUBLICIDADE, NO PERÍODO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2015 E A ENTRADA EM VIGOR DO NOVO REGULAMENTO DE TAXAS, PREÇOS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, AO ABRIGO DO Nº2 DO ARTIGO 16º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- (A **Proposta nº 77/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente, Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos fica anexado à presente Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação da proposta:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- A proposta penso que já terá sido muito debatida, e eu gostaria só de frisar que todas as entidades que tiverem nestas circunstâncias no período referido na proposta, e que o solicitem ser-lhe-á restituído, e no caso de terem pago as taxas referidas, ser-lhe-ão restituídos os valores cobrados. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador por esse esclarecimento que é sempre importante. -----

----- Pergunto, não vejo presente o Senhor Relator Hugo Xambre, se quer apresentar o relatório, aliás é simples, e portanto, vamos dar a palavra. Neste momento, os Senhores Secretários foram votar, dou a palavra ao Senhor Deputado Luís Newton do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Público presente. -----

----- Venho, obviamente, falar-vos da **Proposta nº 77/CMN/2016**, e dizer com muita alegria, votarei esta proposta favoravelmente, e proponho, inclusivamente, que seja aprovada com aclamação. -----

----- Quero agradecer ao Senhor Vereador ter optado por, desta forma, sanar definitivamente, o erro da CML, relativamente ao diferendo com a Freguesia da Estrela, reconhecendo-nos razão.-----

----- No ponto dois da proposta, diz, e cito: “A suprarreferida normal regulamentar não abrange a isenção do pagamento da taxa devida pelo pedido de licenciamento inicial (taxa administrativa), aplicável a todos os licenciamentos da ocupação do espaço público e da publicidade, nem existe qualquer outra norma que afaste a incidência tributária relativamente a este tributo”.-----

----- Tenho, no entanto, que lamentar a comunicação incompetente de um Chefe de Divisão que não irei nomear porque quero dar à Câmara Municipal de Lisboa a consideração e o respeito que esta não me deu, quando este email foi circulado pelo comércio da Freguesia da Estrela, e que dizia: “Assim, no que esteja a aplicação da taxa...” isto foi, a cinco de junho de 2015, “Assim, no que esteja a aplicação da taxa administrativa pelo licenciamento simplificado prevista no ponto 3.2.3 da Tabela de Taxas, esta não é submissível, não estando previstas, neste momento, as taxas pelas meras comunicações.”-----

----- Ora, julgo ser da mais elementar justiça e honestidade intelectual e correção institucional que a Câmara Municipal de Lisboa agora, informe corretamente o comércio da Freguesia da Estrela, e também, que informe corretamente as restantes freguesias, de que, afinal, relativamente a esta matéria, também tem a mesma interpretação que a Freguesia da Estrela. Apelo, por isso, às restantes freguesias que procedam à correção e recuperação dos valores não tributados como a Lei manda, para que se possa evitar daqui, qualquer penalização legal resultante daquela que foi a informação incorreta prestada pela Câmara Municipal, ao longo deste último ano e meio.-----

----- Quero registar, também, com apreço que o Senhor Presidente de Junta de Freguesia Hugo Xambre, crítico da posição passada da Junta de Freguesia da Estrela, venha, agora, defender a sua legalidade e questioná-lo se tem agido em conformidade e se no Beato, a taxa administrativa tem sido cobrada como ele próprio afirma no seu parecer, e reafirma que a referida norma não abrangia isenção do pagamento da taxa devida pelo pedido de licenciamento inicial (taxa administrativa), aplicável a todos os licenciamentos de ocupação de espaço público e publicidade, nem existindo qualquer norma que afaste a incidência tributária relativamente a este tributo, ou que acrescenta, na opinião do relator, na opinião do Deputado Relator trata-se de uma correção da norma inicial que prevendo, e bem, a isenção do pagamento das taxas de ocupação do espaço público e de publicidade, para as pessoas coletivas de utilidade pública e de instituições particulares de solidariedade social, associações empresariais, associações comerciais, associações ou fundações culturais, sociais ou religiosas, etc., etc., não previa a isenção da taxa administrativa o que, claramente, não fazia sentido e por isso, agora, a alteração é proposta.-----

----- Termino destacando que, estou convicto que todas as freguesias foram induzidas em erro, pelos serviços da Câmara Municipal de Lisboa, e não estou em crer que foi pela Vereação, foi pelos serviços, se fosse em Angola estava preso, foram induzidas

em erro pelos serviços da Câmara, só não acontecendo na estrela porque desde o início, que temos procurado implementar mecanismos próprios de funcionamento que nos obrigam a estudar a lei. O nosso quadro de competências ia estabelecer, estou a terminar Senhora Presidente, agora vai-me obrigar a repetir esta última frase, só não acontecendo na Estrela porque, desde a primeira hora, que temos procurado implementar mecanismos próprios de funcionamento que nos obrigam a estudar a lei, o nosso quadro de competências, e a estabelecer adequados níveis de serviço à nossa comunidade. -----

----- Senhor Vereador, Senhora Presidente, agradeço uma vez mais, e fico feliz por esta questão estar clara, e inequivocamente, resolvida, podemos assim passar a clarificar de forma correta, também, todo o comércio local das nossas freguesias e, sobretudo, e mais importante, os restantes Presidentes de Junta que têm sido induzidos em erro ao longo deste último ano. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----

----- “Obrigada Senhor Deputado. -----

----- Eu sei que fez, aqui, uma evocação do Deputado Hugo Xambre, mas ele não está presente, e não vejo aqui sinal do PS para responder, o que importa, provavelmente, é resolvermos a questão, e essa é resolvida como acabou de verificar pela apresentação dessa proposta. -----

----- Não tendo mais Deputados inscritos...o Senhor Vereador quer usar da palavra. Faça favor.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, referiu o seguinte: ---

----- “Da intervenção do Senhor Deputado Newton, ela confundiu-me de alguma forma porque não a entendi, portanto, eu sugiro para que não criemos nenhuma confusão junto dos munícipes, e junto das outras Juntas de Freguesia, que possamos ter uma conversa paralela que não tem nada a ver com isto, porque isto parece-me evidente que tem de ser aprovado nos termos que está aqui, referida, mas que de alguma maneira possamos esclarecer, nos consiga esclarecer o que tentou dizer, e de alguma maneira possamos esgrimir argumentos e perceber, de facto, eu confesso que não consegui perceber a intervenção em face da proposta que apresentámos. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----

----- “Senhor Vereador, isso é um assunto que iremos discutir depois. -----

----- O Senhor Deputado quer usar da palavra mas não tem tempo. Faça um pedido de esclarecimento para poder intervir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “Eu não me sinto, de todo, ofendido, mas acho que é importante esclarecer o Senhor Vereador, e ele tem toda a razão, o Senhor Vereador acabou de reconhecer, com esta proposta, de que, de facto, as taxas administrativas, no âmbito do licenciamento do espaço público, têm de ser cobradas. Ao pedirem a isenção de determinadas entidades, e ao dizer na sua proposta, claramente, que estas taxas têm de

ser cobradas e que o regulamento que a Câmara Municipal de Lisboa aprovou, obriga à sua cobrança, vem pedir, agora, a sua isenção porque o Senhor e os seus serviços reconhecem, e bem, que essa isenção tem de ser aplicada porque senão essas taxas teriam de ser cobradas. E portanto, a partir desse momento eu friso que o que está escrito na proposta é claro, e é taxativo com o qual eu concordo, por isso eu pedi a votação por aclamação. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----

----- “Está claro, agora. Vamos passar à votação da **Proposta nº 77/CM/2016**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. A **Proposta nº 77/CM/2016** foi aprovada por unanimidade e aclamação.-----

----- Senhores Deputados, está a decorrer a votação da **Proposta nº 70/CM/2016**, em voto secreto e, portanto, eu peço aos Senhores Deputados que, ainda, não foram votar que façam o favor de se dirigirem ao *foyer* pequeno, que é do vosso lado direito, para conseguirmos o resultado da votação. -----

----- E passemos adiante. -----

----- A Senhora Relatora do parecer que é a Senhora Deputada Irene Lopes, da **Proposta nº 70/CM/2016**, presumo que não precisa de apresentar o parecer. Não vejo nenhum sinal da Deputada. A proposta é simples, é a eleição de uma pessoa, e é isso que está a ser feito.-----

----- Vamos entrar, agora, na **Proposta nº 152/CM/2016**.” -----

----- **PONTO 6 – PROPOSTA 152/CM/ 2016 – AQUISIÇÃO PELO MUNICÍPIO DO IMÓVEL SITO NA PRAÇA DO MUNICÍPIO, Nº 8 A 13, POR EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; 2XGRELHA-BASE – 68 MINUTOS;**-----

----- (A **Proposta nº 152/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente, Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos, fica anexado à presente Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação da proposta:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Eu penso que a proposta fala por si. É um exercício de direito de preferência relativamente a um imóvel localizado na Praça do Município e que, de acordo com aquilo que já foi aprovado, como estratégia de instalação e concentração dos serviços municipais na cidade, é de todo o interesse exercermos este direito de preferência. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Vereador. -----

----- Eu ia pedir ao Senhor Deputado Magalhães Pereira que é o Relator, que apresentasse, mas prescinde da apresentação do relatório. -----

----- No seu relatório colocava várias questões que eu gostaria que ficassem claras, mesmo que o Senhor Deputado não queira apresentar o relatório, não há recomendações particulares, mas havia questões técnicas que eu peço depois, à Câmara para verificar se está tudo correto, não é necessário estarmos a discutir isso, agora, aqui, são questões, alertas que o Senhor Deputado, cuidadosamente, sempre faz, e também, o facto de não estar a declaração de fundos disponíveis, portanto, naturalmente, a votação desta proposta, caso venha a ser aprovada, a sua execução fica condicionada à declaração de fundos disponíveis, como é evidente, e só pode ser executada com a declaração de fundos disponíveis.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, é que eu, hoje, estava à espera que fosse lido o relatório da Comissão para poder, exatamente, responder às questões que são suscitadas.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** respondeu: -----

----- “Senhor Vereador, se o quiser fazer desde já, é que o relatório foi distribuído e o Senhor Vereador pode dar a resposta já, às questões suscitadas no relatório, e depois damos a palavra aos Senhores Deputados que se inscreveram.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Então, a primeira questão que é colocada é que não existe a declaração de fundo disponível. Ora, a declaração de fundo disponível, não só existe, como existe cabimento, existe compromisso e essa documentação consta do *site* da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- A segunda questão que é levantada é se existe um contrato de promessa com o Município que não está vertido no processo. Ora, não existe qualquer contrato de promessa com o Município, só mesmo por desconhecimento se pode questionar tal coisa. O promitente vendedor é quem comunicou a intenção de venda ao Município, para efeitos de direito de preferência, com base num contrato de promessa existente com uma outra entidade, essa sim, promitente compradora. -----

----- A alienação decorre de um processo especial de recuperação, de um PER, com decisão transitada em julgado. -----

----- É posta uma terceira questão que é a divergência de áreas das avaliações e das cadernetas prediais. As áreas constantes das cadernetas prediais das frações são as designadas “Áreas Brutas Privativas”, que não incluem as áreas de circulação comuns. As áreas das cadernetas prediais resultam da declaração modelo 1, apresentada pelos particulares, e quase sempre não estão corretas não sendo., por isso, um indicador fiável e rigoroso. -----

----- Por essa razão, as avaliações feitas pelo município para comprar os imóveis, não consideram as áreas das cadernetas mas sim, as áreas medidas em planta com recurso às telas finais que constam dos processos de obra, e quando estes não existem, com visita ao local. -----

----- Neste caso, as obras e as áreas foram medidas nestes processos, que é o processo de obra, deste edifício. Estas áreas, o que revelam é que a área real é superior à área que consta das cadernetas o que significa que a Câmara está a adquirir mais do que aquilo que é anunciado pelos vendedores. -----

----- A quarta questão é se o conteúdo da carta do promitente vendedor impõe condições que não são cumpríveis até à data da celebração do contrato. Todas estas condições são concretizáveis até à data da celebração da escritura de compra e venda. A proposta que a Câmara apresenta, e que a Assembleia vai votar, é muito clara quando diz que a aquisição é feita livre de ónus, ou encargos, e com o imóvel completamente, desocupado de pessoas e bens. -----

----- Como se sabe, o destrato da hipoteca acontecerá exatamente, no mesmo ato da escritura com a presença do banco. -----

----- Não existe qualquer contrato de arrendamento para o local, mas apenas cancelamento de antigos averbamentos no registo, o 1907, o 1908, o 1910, e isto poderá ser feito a todo o momento. -----

----- O facto de o cheque, a emitir pelo Município, ser à ordem do Montepio resulta de ser esta a entidade credora dos termos do PER, verás satisfeito o seu crédito. -----

----- O assumir destas questões pelo promitente vendedor decorre, exatamente, do que lhe foi imposto pelo Município, em reunião realizada no dia seguinte à da tomada da decisão em Câmara, e consta por iniciativa do Município, do processo a submeter a visto do Tribunal de Contas. -----

----- Em conclusão, trata-se de uma operação altamente vantajosa para o interesse municipal, quer pela oportunidade e o fim a que se destina o imóvel, quer pelos valores de aquisição. -----

----- Revela, por outro lado, que os serviços municipais de património fazem uma monitorização do mercado e em atuação em tempo muito curto, incluindo a aprovação pelos órgãos municipais competentes. -----

----- Eu não referi, anteriormente, porque é que não foram feitas novas avaliações. Primeiro, foram feitas avaliações pelos avaliadores do município, e por outro lado, com a transação muito recente de aquisição dos edifícios do BPI, também na Praça do Município, tínhamos um valor de referência muito próximo que nos permitia ter confiança quanto ao valor que era proposto e, sobre o qual, propomos exercer o direito de preferência.” -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “A Mesa pergunta se há Senhores Deputados inscritos? Não vejo sinal disso. -----

----- Senhores Deputados, a Mesa vai pôr à vossa votação a **Proposta nº 152/CM/2016**. Votos contra do PSD, não há abstenções, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, 6IND, (ausência do PNP). A **Proposta nº 152/CM/2016** foi **aprovada por maioria**. -----

----- **PONTO 7 – PONTO 2 DA PROPOSTA 88/CM/2016 – AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO PARTICULAR, A CEDER AO MUNICÍPIO A TÍTULO GRATUITO, NA RUA**

**DIREITA DE PALMA, COM A ÁREA DE 9,25 M2, AO ABRIGO DA ALÍNEA Q) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- (A **Proposta nº 88/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente, Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos, fica anexado à presente Ata, como **Anexo X** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou:-----

----- “A **Proposta nº 88/CM/2016** é apenas o ponto 2, que é da nossa competência, eu costumo assinalar na ordem de trabalhos, mas houve um lapso da minha parte, que coloquei a proposta toda, mas é só o ponto 2. O mesmo acontece com as propostas 90/CM/2016 e 111/CM/2016, em que é apenas o ponto 2 das propostas, que deve ser apreciado por nós.-----

----- Vou pedir ao Senhor Primeiro-Secretário que me substitua enquanto vou votar.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício** continuou:-----

----- “Não sei se a Câmara quer apresentar a proposta? Penso que não.-----

----- Temos um parecer da 1ª Comissão, da Deputada Municipal Ana Páscoa, que também prescinde da apresentação.-----

----- A Mesa não regista inscrições, pelo que iremos passar à votação da **Proposta nº 88/CM/2016**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, 6IND, (ausência do PNP). A **Proposta nº 88/CM/2016** foi aprovada por unanimidade.-----

----- Vamos passar à **Proposta nº 78/CM/2016**.-----

**PONTO 8 – PROPOSTA 78/CM/2016 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DOS OLIVAIS, NO ÂMBITO DO ACORDO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, NA ÁREA DAS REFEIÇÕES ESCOLARES SAUDÁVEIS, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL: GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- (A **Proposta nº 78/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Albergaria** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todas e a todos.-----

----- Portanto, esta proposta vem no mesmo sentido das que tenho vindo a trazer sobre o programa da alimentação saudável e sustentável que a Câmara Municipal de Lisboa tem estado a desenvolver com as Juntas de Freguesia, e a passar essa competência e então, neste momento, temos a Junta de Freguesia dos Olivais que vai avançar, exceto numa das escolas, que está em obras e que, brevemente, fará a assunção dessa competência.-----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício** continuou: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Vereadora. -----

----- Não temos mais inscrições. E vamos passar a palavra à Senhora Presidente que toma o seu lugar, para procedermos à votação da **Proposta nº 78/CM/2016.**” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Senhores Deputados, antes da votação, dizer-vos que já temos quórum de votação na **Proposta nº 70/CM/2016**, e portanto, se algum Senhor Deputado ainda não votou, que faça o favor de o fazer agora, senão a Mesa vai mandar encerrar a urna. A Senhora Deputada Ana Gaspar ofereceu-se para escrutinadora e, portanto, penso que basta um escrutinador, estão lá os serviços depois, para ajudar. E, portanto, sendo assim, eu pedia indicação à Dr.<sup>a</sup> Cidália, peço que seja encerrada a votação da **Proposta nº 70/CM/2016** que se considera encerrada, os escrutinadores do vosso lado que estejam lá, e vai daqui, também, a Senhora Deputada Ana Gaspar para fazer o escrutínio. Anunciámos o resultado antes do final da sessão. -----

----- Vamos prosseguir. -----

----- Vamos pôr, agora, à vossa votação a **Proposta nº 78/CM/2016**. Não há votos contra, abstenção do CDS-PP, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, 6IND, (ausência do PNPN). A **Proposta nº 78/CM/2016** foi aprovada por maioria. ---

----- **PONTO 9 – PONTO 2 DA PROPOSTA 90/CM/2016 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO COM PLUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO DE CARTOGRAFIA NUMÉRICA VETORIAL À ESCALA 1:1.000 PARA O CONCELHO DE LISBOA, AO ABRIGO DO ARTIGO 24º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E DA ALINEA B) DO ARTIGO 3º E ALINEA C), DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 6º, AMBOS DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- (A **Proposta nº 90/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, prosseguiu: -----

----- “Pergunto se a Câmara quer apresentar a proposta? Não vejo nenhum Senhor Vereador para apresentar a proposta. -----

----- Também não tem parecer. As propostas de repartição de encargos, normalmente, eu não as envio para parecer porque são propostas simples, apenas de reconhecimento do compromisso que se aceita tomar, ou não, consoante a votação. -----

----- Não vejo pedidos de palavra, e vamos pôr à votação o **ponto 2 da Proposta nº 90/CM/2016**. Não há votos contra, abstenção do CDS-PP, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, 6IND, (ausência do PNPN). O **ponto 2 da Proposta nº 90/CM/2016** foi aprovado por maioria. -----

----- **PONTO 10 – PONTO 2 DA PROPOSTA 111/CM/2016 – COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE**

**ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E O ENTREPOSTO, GESTÃO IMOBILIÁRIA, SA, PELO PRAZO DE CINCO ANOS, AO ABRIGO DO ARTIGO 24º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E DA ALINEA B) DO ARTIGO 3º E ALINEA C), DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 6º, AMBOS DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- (A Proposta nº 111/CM/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo XIII e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação da proposta:-----

----- “Como este assunto é um assunto que nos merce digamos, um detalhe, a apresentação aqui, da repartição de encargos não fará sentido ser, neste momento, o que nós solicitávamos é que, sobre esse assunto, o assunto de concentração dos serviços em três polos, pudesse ser a apresentação na Comissão, por exemplo, ou mesmo, no Plenário, como a Assembleia Municipal o entender, portanto, há toda uma disponibilidade para o podermos fazer quando o entenderem.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador.-----

----- Ficámos, desde já, com a proposta que fica aqui entregue em direção à 1ª Comissão, o Senhor Vereador das Finanças disponibilizasse, e propõe, uma discussão em sede da 1ª Comissão, sobre a concentração dos serviços em três polos e, portanto, com uma apresentação mais detalhada de quais são as soluções que a Câmara tem pensadas para esse efeito.-----

----- E entretanto, sobre esta proposta, tem a palavra o Senhor Deputado Sobreda Antunes.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa, muito boa tarde a todos.-----

----- Ora, tendo por base uma reestruturação com concentração de serviços municipais na Praça do Município, em Entrecampos e na Praça José Queirós, a CML submete à AML, pela proposta nº 111/2016, uma repartição de encargos com assunção de compromissos plurianuais para a celebração de contrato de arrendamento entre 1 de Abril de 2016 e 31 de Março de 2021, entre o Município de Lisboa e o Entreposto.-----

----- Este espaço será arrendado, em princípio, até o Município concluir a construção de futuras instalações contíguas às pré-existentes em Olivais II. E as primeiras duas questões a colocar são: porquê um prazo de 5 anos? Será necessário tanto tempo para proceder a tal nova edificação? E, considerando que hoje é dia 5 de Abril, será que a CML já rubricou o contrato e está a pagar renda desde o passado dia 1 de Abril?-----

----- Entretanto, será esse o novo local de trabalho para os funcionários a desalojar, por ex., de Alcântara, devido à venda do denominado Triângulo Dourado. Nos Olivais deverão então ficar a DMPO, Metrologia, a DMEV, que virá de Alcântara e a DRM da Rua da Boavista e de Monsanto.-----

----- Acontece que, para além dos lugares de estacionamento, as frações a arrendar são em total ‘open space’, de acordo com o nº 3 da cláusula 3ª do Anexo I que contém o contrato de arrendamento para fins não habitacionais. Já agora, anexo que deveria conter apenas uma mera minuta, mas que não constitui o que é apresentado a esta AML. -----

----- Assim sendo, quem já acedeu ao interior das instalações do Entrepasto lembrar-se-á que estes vastos ‘espaços abertos’, que serviam de apoio às garagens, sofrem de variações consideráveis nas suas amplitudes térmicas. E embora sabendo que outras empresas partilham parte do condomínio, pergunta-se: será este um local de trabalho, com as condições mínimas de segurança e higiene, apropriado a uma atividade presencial, apesar da sua prevista adaptação por meio da “instalação de infraestruturas técnicas e estruturas amovíveis para ordenamento da ocupação dos respetivos espaços”, como indicado nº 4 da cláusula 6ª? -----

----- Como as obras de adaptação serão apenas transitórias durante a ocupação, temos conhecimento do receio dos funcionários sobre as suas futuras condições de trabalho. Pergunta-se: foi entretanto pedido algum parecer à Autoridade para as Condições de Trabalho? Afirmou-se em sessão de CML que neste processo seriam envolvidas as estruturas sindicais. Pergunta-se: quando serão, de facto, auscultados os sindicatos?-----

----- Depois, os custos previsíveis apenas indicam os referentes ao arrendamento até 2021, mas sabemos que a CML deverá, de seguida, proceder à adaptação e equipamento do espaço arrendado. Pergunta-se: em quanto estima o executivo que ascenderá esses custos? Não seria muito mais barato proceder-se primeiro à nova edificação com condições de trabalho efetivo e só depois fazer transitar os funcionários? -----

----- E, finalmente, uma questão de relevo para “Os Verdes”. Por exemplo, as instalações de Alcântara possuem, para além de painéis de calçada portuguesa, um conjunto significativo de património azulejar.-----

----- Acontece que, há pouco mais de um mês, em 23/2, esta AML aprovou, por unanimidade, uma recomendação de “Os Verdes” para que a CML introduzisse na regulamentação municipal normas protecionistas da arte pública azulejar, procedesse ao levantamento de fachadas e interiores de edifícios públicos municipais com significativos painéis de azulejos e procedesse à classificação como de ‘interesse municipal’ dos painéis considerados relevantes e representativos da arte azulejar.-----

----- Pode a CML garantir-nos que vai preservar este património existente em Alcântara?-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora presidente. -----

----- Primeira questão, porquê cinco anos? Cinco anos foi o prazo que achámos prudente, o que não significa que o contrato não possa ser remido mais cedo, caso as outras instalações estejam concluídas. -----

----- Segundo, as rendas começaram a ser pagas a partir do momento em que foi assinado o contrato.-----

----- Quanto às condições de trabalho, pois as condições, é um edifício para escritórios, como foi referido, e bem, é um edifício que, neste momento, já tem outros escritórios instalados noutras frações, portanto, têm as condições normais de funcionamento de um escritório, e quanto á consulta dos sindicatos, foi feita uma visita na sexta-feira passada dos representantes dos sindicatos a estas futuras instalações e tem havido contatos do Senhor Vereador dos Recursos Humanos com as organizações sindicais, tendo em vista a transferência dos serviços e a concentração na zona dos Olivais.-----

----- A nota que é feita do património, seja de calçada, seja de património azulejar, existente em Alcântara ele será retirado e valorizado.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente.-----

----- O BE subscreve a crítica que foi tornada pública pelo STML. Esta proposta cruza-se muito com o que tem sido as propostas e a iniciativa da Câmara na alienação de património e, portanto, vêem-se aqui as consequências práticas dessa política.-----

----- Todos sabemos que parte da realocação desses serviços vem do espaço existente da 24 de Julho. É por haver necessidade de realocar aquelas instalações que surge esta proposta. Aquele espaço na 24 de Julho recordamos todos, é o famoso *triângulo dourado*, o tal que foi vendido ao Grupo Mello por vinte milhões de euros, um euro acima da base em hasta pública, e percebemos que primeiro é feito o negócio, e depois pensam-se nas alternativas e nas consequências práticas desse negócio, nomeadamente, para as instalações e para os trabalhadores.-----

----- Olhamos para este negócio e percebemos que o terreno rendeu vinte milhões de euros, o terreno vendido, mas para criar uma alternativa foi necessário comprar um outro terreno por três milhões de euros, e agora, este aluguer, por cinco anos, por b3,4 milhões de euros. É curioso que o senhorio e vendedor do futuro terreno para onde vão as instalações é o mesmo, é o Entrepasto, Gestão Imobiliária SA, e portanto, a bem da transparência, da facilidade da leitura do processo, teria sido interessante que esta proposta de arrendamento do espaço, e de compra do novo terreno, tivesse sido feito em conjunto para que a análise fosse facilitada.-----

----- Ainda não estão, aqui, nestas contas, o valor do que será a construção no novo terreno, e portanto, percebemos que esta gestão da alienação do património acaba por ser muito limitada e, no final, as contas serão “ela por ela”, portanto, não há vantagens nesta política de alienação de património, há dificuldades, e naturalmente, chamamos esta política de alienação de condenável.-----

----- Gostaríamos de dizer que iremos votar contra esta proposta.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.-----

----- Este é um tema que o PCP tem vindo, sempre, a acompanhar, já há um longo tempo, e que não deixa de integrar num sistema de reforma administrativa que nós vimos a acompanhar, desde a redução de pessoal, realocização, reorganização, e na verdade, nem sempre é justificável, nem sempre os resultados podem ser garantidos como favoráveis. Na verdade, este é um processo que nós iremos votar contra, e que nós temos denunciado sistematicamente, e que, naturalmente, é mais um passo num conjunto de um processo de que nós não acompanhamos como favorável ao Município, nem aos trabalhadores do Município.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, referiu o seguinte: ----

----- “Nós gostaríamos, de facto, ter o tempo e a serenidade para apresentar esta proposta na sua magnitude, salientando os aspetos de ganhos de eficácia, e havemos de fazê-lo, certamente, mas não podemos deixar de responder algumas das questões que foram, aqui, suscitadas.-----

----- Em primeiro lugar, para nós é muito claro que este processo é um processo que está focado nas pessoas, nomeadamente, na prestação do melhor serviço aos lisboetas. Esse, é o foco desta operação, e não outro qualquer. E gostávamos que ficasse bem claro, e vamos prova-lo, já estamos a prová-lo, na forma como estamos e iremos continuar a desenvolver. Estamos a falar de aumentos de eficácia porque os serviços vão poder responder de forma mais eficaz áquilo que são as solicitações dos cidadãos. --

----- Há uma concentração, todos sabemos, os estudos sobre esta matéria são conhecidos, publicamente, ao longo dos últimos anos tem havido uma necessidade e toda a doutrina sobre gestão de recursos humanos ao nível do número de pessoas que nós temos e da tipologia das funções desenvolvidas que é necessária, alguma, concentração em nome dessa mesma eficácia, evidentemente, porque gerimos recursos públicos e todos os que estamos aqui, nesta sala, somos movidos pela otimização da gestão dos recursos públicos e de forma cada vez mais eficiente, e portanto, também, evidentemente, estamos preocupados com os custos associados ao trabalho desenvolvido pelo Município de Lisboa, e portanto, quanto mais eficientes formos, maior será a libertação de recursos para aplicações mais produtivas, e é esse também, um dos objetivos, evidentemente, a qualidade dos serviços prestados aos munícipes é aquilo que está subjacente a este processo.-----

----- Eu gostaria de dizer, também, que é difícil sustentar que as frases referidas há pouco, alegadamente proferidas pelo STML, sobre a nossa gestão patrimonial, possam ser verdadeiras quando algumas das mais importantes hastas públicas que nós temos feito, ficaram desertas, o que quer dizer que o preço estivesse eventualmente, acima das condições do mercado, e portanto, não se pode dizer que nós gerimos o património ao desbarato, pelo contrário, algumas das nossa hastas têm subido muitíssimo esses valores, e algumas também, têm ficado desertas e portanto, isso não é compaginável com a afirmação de que nós gerimos o património ao desbarato.-----

----- Por outro lado, a questão do “triângulo dourado”, que foi referido há pouco, que foi uma decisão de 2003, e portanto, isso tem que ficar claro aqui, a alienação daquela área foi uma decisão do Município de 2003, e portanto fazer essa colagem, agora, ao

arrendamento de um edifício e à concentração naquele polo, onde o Município já tem um polo significativo, o Polo dos Olivais, e portanto, numa solução transitória, aproveitar um edifício de escritórios com algumas das melhores condições da cidade para instalar, com ganhos claros de condições de trabalho e de condições para os trabalhadores, nesse mesmo edifício, parece-nos claramente, uma vantagem relativamente àquilo que são as condições de trabalho e à eficácia do próprio trabalho desenvolvido pelos trabalhadores do Município. -----

----- Por último, dizer que eu gostava que este processo ficasse conhecido, e vamos fazer tudo para que isso aconteça, por um processo muitíssimo participado.-----

----- Nós temos Direção Municipal de Recursos Humanos, e a equipa pluridisciplinar que está a tratar deste assunto, tem visitado todas as instalações que vão ser desativadas, falado com os trabalhadores e, na última sexta-feira, como eu referi há pouco, visitámos as novas instalações, as instalações estão a ser adaptadas, nomeadamente, as instalações do Entreposto, na zona onde vai ser construído o novo edifício do Município, visitámos entre quarenta a cinquenta pessoas, onde estavam dirigentes municipais, representantes dos trabalhadores de cada uma das áreas que vão ser desativadas, e todos os sindicatos que têm relação com o Município, portanto, todos eles empenhados em nos dar os seus contributos para que, quer as novas instalações e ajustamento, quer as instalações transitórias, quer todo o processo de mudança de instalações, decorra na maior das tranquilidades e tendo em atenção que estamos a gerir pessoas que, eventualmente, terão alguns impactos sociais e pessoais, irão ter, e todas essas questões estão a ser analisadas e acauteladas. -----

----- E era isto que eu gostaria de vos explicar pormenorizadamente, numa sessão que, mais uma vez reitero a importância de a realizarmos em breve, na sede que entenderem, em Comissão, no Plenário, como entenderem. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----

----- “A Mesa recorda que nós estamos a alargar o leque de discussão, mas o que está posto à discussão é apenas os compromissos plurianuais deste contrato de arrendamento, uma vez que este contrato de arrendamento a sua decisão é da competência da Câmara que já o decidiu e, portanto, nós podemos criticar como é evidente, mas temos esse poder de criticar mas, neste momento, o que nos é pedido é que nos pronunciemos sobre os compromissos plurianuais. Portanto, é sobre isso, naturalmente, a discussão vem as matérias “á baila”, e foram dados os esclarecimentos que foram dados, mas o que queremos, neste momento, é pôr à vossa consideração o **ponto 2 da Proposta nº 111/CM/2016**. -----

----- A Mesa não tem mais inscrições, e vamos pôr à votação o **ponto 2 da Proposta nº 111/CM/2016**. Votos contra do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, não há abstenções, votos a favor do PS, PAN, PNPV e 6IND. O **ponto 2 da Proposta nº 111/CM/2016** foi **aprovado por maioria**. -----

----- Eu vou pedir ao Senhor Primeiro-Secretário da Mesa que proclame os resultados da eleição do Fiscal Único que já foi encerrada a votação por voto secreto.” -----

----- **O Senhor Primeiro-Secretário da Mesa** no uso da palavra, comunicou o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Nós tivemos:-----

----- Votantes: 57-----

----- Votos a Favor: 32-----

----- Votos Contra: 11-----

----- Abstencões: 11-----

----- Votos Brancos: 3-----

----- Votos Nulos: 0-----

----- (Designada como Fiscal Único a Sociedade Auren – Auditores e Associados, SROC, SA – SROC nº 123 – representada pelo Dr. Carlos Pedro Ramos dos Santos Pinho – ROC).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Primeiro-Secretário.-----

----- Senhores Deputados, de hoje a oito dias poderemos não ter sessão. Eu vou fazer uma avaliação das propostas que estão prontas e que têm pareceres prontos, porque pode não se justificar fazer a sessão. Se não houver sessão de hoje a oito dias, a sessão do dia dezanove é uma Sessão Ordinária, com inclusão do período antes da ordem do dia, informação escrita do Presidente e as contas, sendo que as contas vão ficar na ordem de trabalhos mas só serão discutidas no dia vinte seis. É só para terem isto presente na vossa agenda que é para darmos tempo para as várias coisas acontecerem, nomeadamente, os pareceres da 1ª Comissão e a análise da documentação das contas que é sempre uma documentação complexa.-----

----- Hoje ficámos por aqui, muito obrigada Senhores Deputados.”-----

----- A sessão terminou, eram dezassete horas e quinze minutos.-----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE-----